

**PEDIDOS
IMPLÍCITOS
RAFAEL
CALMON.**

2020 © Editora Foco
Autor: Rafael Calmon
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgina Renata Dias
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: PlenaPrint

11

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

R196p Calmon, Rafael
 Pedidos implícitos / Rafael Calmon. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2020.
 352 p. : 17cm x 24cm.
 Inclui índice e bibliografia.
 ISBN: 978-65-5515-078-0
 1. Direito. 2. Sentença. 3. Demanda. 4. Pedidos implícitos. I. Título.
 2020-942 CDD 340 CDU 34

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito 340 Direito 34

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (05.2020) – Data de Fechamento (04.2020)

2020

Todos os direitos reservados à
 Editora Foco Jurídico Ltda.

Rua Nove de Julho, 1779 – Vila Areal
 CEP 13333-070 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	V
PREFÁCIO.....	VII
LISTA DE ABREVIATURAS	IX
INTRODUÇÃO	XVII

PARTE I

AS POSTULAÇÕES PROCESSUAIS NÃO EXPRESSAS – CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

1. O PANORAMA NO DIREITO ROMANO	3
1.1 O direito romano	4
1.1.1 O sistema das “ <i>legis actiones</i> ”	4
1.1.2 O sistema “per formula”	7
1.1.3 O sistema da “ <i>extraordinaria cognitio</i> ”	10
2. O PANORAMA NA FASE PRÉ-CODIFICADA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO.....	13
2.1 O processo civil no paradigma do Estado Absoluto: as Ordenações Afonsinas e Manuelinas	13
2.1.1 As Ordenações Afonsinas	15
2.1.2 As Ordenações Manuelinas	16
2.2 O modelo de processo no paradigma do Estado Liberal: Das Ordenações Fi- lipinas à Consolidação Ribas	18
2.2.1 As Ordenações Filipinas	21
2.2.2 O Decreto n. 737	23
2.2.3 A Consolidação Ribas.....	24
3. O PANORAMA NA FASE CODIFICADA DO DIREITO BRASILEIRO	27
3.1 O processo civil no paradigma do Estado Social: os Códigos de Processo Civil de 1939 e 1973	27
3.1.1 O Código de Processo Civil de 1939.....	31
3.1.2 O Código de Processo Civil de 1973	34

4. O PANORAMA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	41
4.1 O processo civil no paradigma do Estado Democrático de Direito: o Código de Processo Civil de 2015	41
4.1.1 A nova episteme: não só um novo Código; um novo Sistema de Processo Civil	46
4.1.2 A ampliação dos poderes e dos deveres das partes no processo.....	48
4.1.3 O grande desafio do diploma atual: a equalização de tensões.....	51
4.1.4 O Código de Processo Civil de 2015.....	53

PARTE II

PEDIDOS IMPLÍCITOS EM BUSCA DA ELABORAÇÃO DE UM CONCEITO

1. OS ATOS PROCESSUAIS.....	61
1.1 Os atos jurídicos na teoria da norma jurídica e dos fatos jurídicos	63
1.1.1 Noções elementares sobre incidência, estrutura e função das normas jurídicas.....	63
1.1.2 Os consequentes normativos: a situação jurídica e a relação jurídica.....	66
1.1.3 Os fatos jurídicos.....	70
1.2 Os fatos jurídicos na teoria geral do direito processual	75
1.2.1 Fato processual e ato processual	78
1.2.2 As situações jurídicas processuais.....	82
1.2.3 Existência, validade e eficácia dos atos jurídicos processuais.....	84
1.2.4 A forma dos atos processuais: atos expressos e atos não expressos	86
1.2.4.1 Os atos processuais tácitos, presumidos e implícitos.....	87
2. OS ATOS DA PARTE.....	93
2.1 Os atos da parte em espécie	94
2.1.1 Os atos de postulação	96
2.1.1.1 Ato postulativo e ato postulatório.....	99
2.1.2 Os atos reais ou materiais.....	99
2.1.3 Os atos de instrução	101
2.1.4 Os atos de disposição	107
2.1.4.1 A desistência da ação, a renúncia à pretensão e o abandono do processo.....	110
3. A INTERPRETAÇÃO DOS ATOS DA PARTE.....	117
3.1 A importância da vontade na interpretação dos atos da parte	118

3.2	A declaração de vontade nos atos da parte.....	121
3.2.1	A prevalência da vontade externa sobre a vontade interna	122
3.3	O silêncio	125
3.3.1	A importância do silêncio na interpretação dos atos da parte.....	128
3.4	A boa-fé	131
3.5	Os atos da parte expressos, tácitos, presumidos e implícitos.....	132
4.	A DEMANDA JUDICIAL CIVIL.....	135
4.1	Os elementos da demanda.....	137
4.1.1	A causa de pedir	138
4.1.2	O pedido.....	143
4.1.2.1	Pedido e pretensão processual	143
4.1.2.2	Pedido, objeto do processo e objeto litigioso do processo..	145
4.1.2.3	Pedido imediato e pedido mediato.....	146
4.2	A cumulação de pedidos	149
4.2.1	A espécies de cumulação de pedidos.....	150
4.2.1.1	Cumulação própria e cumulação imprópria de pedidos.....	151
4.3	A regra da adstrição.....	153
4.3.1	As matérias não dependentes de provocação: exceções à regra da adstrição.....	157
4.3.1.1	Reflexão crítica ao tratamento genérico das exceções à regra da adstrição	160
4.4	A estabilização objetiva da demanda.....	161
4.4.1	Estabilização, desestabilização e restabilização objetiva da demanda ..	164
4.4.1.1	A desestabilização voluntária da demanda.....	170
4.4.1.2	A desestabilização involuntária da demanda.....	174
5.	O SUBSISTEMA POSTULATÓRIO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....	177
5.1	Os sistemas, subsistemas e minissistemas jurídico-normativos.....	177
5.1.1	Os sistemas jurídico-normativos e sua interpretação.....	178
5.1.2	Os subsistemas jurídico-normativos e sua interpretação	179
5.1.3	Os minissistemas jurídico-normativos e sua interpretação.....	180
5.2	Interpretação e inter-relação entre sistemas, subsistemas e minissistemas jurídico-normativos.....	182
5.3	O subsistema postulatório.....	184
5.3.1	O Princípio Dispositivo.....	185
5.3.1.1	Princípio Dispositivo e Princípio Inquisitivo.....	189

5.4	A influência do Princípio Dispositivo sobre o subsistema postulatório.....	192
6.	A INTERPRETAÇÃO DO PEDIDO	199
6.1	A interpretação global do pedido (interpretação compreensiva)	201
6.2	A (des)necessidade de forma expressa e do modo escrito para o pedido	206
6.3	A relevância da vontade na interpretação do pedido	211
6.3.1	O respeito à tomada de decisão da parte: o duplo condicionamento..	211
6.4	O necessário vínculo entre os pedidos não expressos e elementos expressos: a inexistência de causa de pedir não expressa.....	217
6.5	A relevância do silêncio na conformação e na interpretação do pedido	218
6.5.1	Silêncio propositual e silêncio não propositual.....	219
6.5.1.1	O silêncio propositual	221
6.5.1.2	O silêncio não propositual	222
6.6	A boa-fé como parâmetro de conformação e de interpretação do pedido.....	224
6.7	A interpretação gradativa do pedido: o saneamento do processo como uma atividade, não como um ato	227
6.7.1	O momento ideal para a explicitação dos pedidos não expressos: do recebimento da inicial à prolação da decisão de saneamento e organização do processo	230
6.7.1.1	A explicitação de pedidos não expressos em etapa posterior à decisão de saneamento e organização do processo....	232
6.8	Fatores limitativos da vontade no pedido: ordem pública, interesse público e direitos indisponíveis	236
6.9	O resultado da explicitação: quando o pedido não expresso se torna explícito	241
7.	O PEDIDO IMPLÍCITO	243
7.1	Os obstáculos a serem superados	243
7.1.1	O primeiro obstáculo: a escassez literária sobre o tema	243
7.1.2	O segundo obstáculo: a incoerência jurisprudencial sobre o tema	244
7.2	O conceito de pedido implícito	250
7.2.1	A relação de antecedência necessária ou de consequência lógico-jurídica: a associação implicativa	253
7.3	A explicitação dos pedidos implícitos.....	254
7.4	Os pedidos implícitos na prática forense	261
7.5	Pedidos implícitos e as providências que não dependem de provocação	269
7.5.1	As prestações sucessivas	270
7.5.2	As matérias de ordem pública e de direito indisponível.....	271

7.5.3	Os juros moratórios legais e a correção monetária.....	275
7.5.4	As despesas do processo.....	279
7.5.5	Os honorários de sucumbência.....	280
7.6	Pedidos implícitos e figuras afins.....	286
7.6.1	Pedido implícito x efeitos anexos da sentença.....	286
7.6.2	Pedidos implícitos x questões prejudiciais conversíveis em principais (art. 503, § 1º).....	294
CONCLUSÕES.....		299
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		305